

Implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos é tema de debate nesta quinta-feira, 05, em Paracatu.

Os avanços e os desafios na implementação da lei das águas de Minas serão discutidos nesta quinta-feira (05/02) em Paracatu, Noroeste do Estado. O evento faz parte do Ciclo de Debates - 10 anos da Política Estadual de Recursos Hídricos e será realizado às 9h, no Cine Teatro Santo Antônio - rua Alexandre Silva, 295, Centro. O objetivo é discutir com representantes de diferentes segmentos da sociedade a trajetória da gestão das águas nesses dez anos.

O primeiro encontro do Ciclo aconteceu em Belo Horizonte no dia 29 de janeiro, data da publicação da Lei 13.199/99, que criou a Política Estadual de Recursos Hídricos. No dia 03 de

A diretora-geral do Igam, Cleide Pedrosa, destaca como avanço, nesses dez anos, a criação de 34 comitês de bacia no Estado, a implantação do monitoramento da qualidade das águas em todo o território estadual, a conclusão de sete planos diretores de recursos hídricos, a execução de outros 14 planos, além do Plano Estadual de Recursos Hídricos, que estabelecerá diretrizes, metas e programas para o gerenciamento das águas de Minas. "A meta é elaborar até 2010 todos os planos diretores das 36 Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Estado", garantiu.

Outro destaque é a operacionalização do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro). Criado em 1999, o Fundo foi regulamentado em 2006, e tem por objetivo dar suporte financeiro a projetos e programas que promovam a racionalização do uso da água e a melhoria dos cursos de água. "O Fhidro já beneficiou 42 projetos de recuperação de recursos hídricos em Minas Gerais e só este ano disponibilizará recursos da ordem de R\$75,6 milhões", informa Cleide Pedrosa.

Dentre os desafios, a diretora destaca a implementação da cobrança pelo uso da água, a regionalização do Igam com a criação de núcleos do Instituto em diferentes regiões de Minas, a integração mais efetiva da gestão das águas com o licenciamento ambiental, o reconhecimento da importância dos comitês de bacia hidrográfica e a participação efetiva e representativa da sociedade civil, usuários de água e poder público nos comitês.